

**SALVADOR TRIPARTIDA:  
OS JORNAIS, AS DOENÇAS E A GUERRA DE CANUDOS**

*TRIPARTITE SALVADOR:  
NEWSPAPERS, DISEASES AND THE WAR OF CANUDOS*

*SALVADOR TRIPARTITO: LA PRESNA, LAS ENFERMEDADES  
Y LA GUERRA DE CANUDOS*

Alexander Magnus Silva Pinheiro<sup>1</sup> ORCID: 0009-0001-6543-3419

Lina Maria Brandão de Aras<sup>2</sup> ORCID: 0000-0003-0654-9777

1 Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil  
– [magnusprofessor@gmail.com](mailto:magnusprofessor@gmail.com)

2 Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil –  
[lina.aras60@gmail.com](mailto:lina.aras60@gmail.com)

**Resumo:**

O artigo “Salvador Tripartida: os jornais, as doenças e a Guerra de Canudos” analisa a capital baiana sob três perspectivas interligadas: a imprensa, as condições de saúde pública e os impactos da Guerra de Canudos. A pesquisa utiliza fontes documentais e bibliográficas para compreender o papel da imprensa como agente histórico, capaz de influenciar narrativas e gerar opiniões. O texto enfatiza como os jornais do final do século XIX e início do XX divulgaram questões relacionadas à guerra e às epidemias que afetaram Salvador como, por exemplo, a varíola. A imprensa, em particular, não era apenas um registro passivo, mas atuava como instrumento político e ideológico, influenciando a opinião pública e legitimando posições. A precariedade sanitária da capital, evidenciada pela insalubridade e pela difusão de doenças, agravou-se com a chegada de feridos e enfermos oriundos da Guerra de Canudos.

**Palavras-chave:** Imprensa soteropolitana. Doenças. Guerra de Canudos.

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino  
ISSN 2595-6361

Vol. 7, n. 14, ano 2024, páginas 149-165

Recebido: 30/08/2024

Aprovado: 29/10/2024

Publicado: 30/12/2024

**Abstract:**

The article “Salvador Tripartida: the newspapers, diseases, and the War of Canudos” analyzes the capital of Bahia from three interconnected perspectives: the press, public health conditions, and the impacts of the War of Canudos. The research utilizes documentary and bibliographical sources to understand the role of the press as a historical agent, capable of influencing narratives and shaping opinions. The text emphasizes how newspapers from the late 19th and early 20th centuries reported on issues related to the war and epidemics that affected Salvador, such as smallpox. The press, in particular, was not merely a passive record but acted as a political and ideological tool, influencing public opinion and legitimizing positions. The sanitary precariousness of the capital, evidenced by poor hygiene and the spread of diseases, was exacerbated by the arrival of wounded and sick individuals from the War of Canudos.

**Keywords:** Press. Diseases. War of Canudos.

**Resumen:**

El artículo examina la capital baiana bajo tres perspectivas: la prensa, las condiciones de sanidad pública y las consecuencias de la Guerra de Canudos. La investigación está basada en fuentes documentales y bibliográficas para comprender el papel de la prensa como agente histórico capaz de generar influencias y formar opiniones. El paper presenta los enfoques da la guerra y de las epidemias que afectaran la ciudad de Salvador, como por ejemplo la viruela, en los periódicos publicados en fines del Siglo XIX y comienzo del XX. La prensa no era un medio de información imparcial, pero actuaba como instrumento político e ideológico, y tenía un papel importante en la formación de la opinión pública, legitimando posiciones. La precariedad de las condiciones sanitarias ya existentes en la ciudad, fue agravada con la llegada de los heridos y enfermos de la Guerra de Canudos.

**Palabras clave:** Prensa bahiana. Enfermedades. Guerra de Canudos.

## **Introdução**

O artigo visa analisar a capital baiana acerca do panorama composto por três universos interligados, isto é, os jornais e periódicos que circulavam na região no final do século XIX e XX, as doenças que assaltaram os soteropolitanos nessa fase e um realce sobre a urbe que sediou a maior contenda da Primeira República: a Guerra de Canudos.

A base metodológica desta pesquisa consiste na análise de fontes documentais e referências bibliográficas que nos permitirão discutir o uso da imprensa nas deliberações

políticas e sua disseminação junto a sociedade. Além disso, buscamos dar continuidade ao que já foi iniciado na dissertação (Pinheiro, 2009), serão analisados os discursos dos periódicos e os argumentos usados com o objetivo de convencer a sociedade da necessidade da guerra e de debelar o arrial de Canudos.

Apesar de atualmente serem vistos como importantes fontes para o estudo da História, até a década de 1970, o uso de periódicos como fontes históricas era pouco recorrente, pois, como afirma Tania Regina de Luca (2008), a tradição dominante durante o século XIX e as primeiras décadas do XX, entendia os jornais como pouco confiáveis no sentido de atingir o ideal de busca pela verdade. Deste modo, os documentos oficiais ainda eram as melhores fontes para retratar o passado, isso porque se acreditava que o historiador deveria estar livre de qualquer envolvimento com o seu objeto de estudo e buscar fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, credibilidade e fidedignidade. A mudança nessa concepção ocorreu devido à interferência da terceira geração da Escola dos Annales com a proposição de novos objetos, problemas e abordagens (Luca, 2008), com a inclusão do aporte analítico de outras Ciências Humanas, como a Sociologia, a Psicanálise, a Semiótica e a Antropologia, que trouxeram contribuições teórico-metodológicas que incentivaram o historiador a refletir sobre as fronteiras da sua própria disciplina.

A mudança de percepção levou a inclusão de novas temáticas e o inconsciente, o mito, as mentalidades, práticas culturais como: culinária, festas, danças, músicas e os mais diversos aspectos do cotidiano se transformaram em objeto de estudo dos historiadores. Essa nova concepção fez também com que a ideia de se trabalhar com um projeto de História total perdesse força, provocando o crescimento do interesse pelas diferenças e pelo episódico entre os pesquisadores.

O abandono da ortodoxia economicista, o reconhecimento da importância dos elementos culturais, não mais encarados como reflexo de realidades mais profundas, o que era comum em leituras reducionistas, e a verdadeira revolução copernicana efetuada por Thompson ao propor que se adotasse a perspectiva dos vencidos, a história vista de baixo (*history from below*), trouxeram ao centro da cena a experiência de grupos e camadas sociais antes ignorados e inspiraram abordagens muito inovadoras, inclusive a respeito de culturas de resistência (Luca, 2008, p. 113-114).

Ocorreu, ainda, uma mudança na forma como o historiador interpreta a sua fonte de pesquisa. Barros (2019) afirma que o historiador de hoje não deve encarar mais as fontes apenas como prova da existência de um fato, mas vê-las como discursos a serem analisados ou como práticas e representações a serem compreendidas.

A História – na mesma medida em que deixou de ser limitadamente factual em favor de uma nova historiografia principalmente interpretativa – não se interessa tão somente em oferecer informações, descrever acontecimentos ou encadear eventos, mas também, e principalmente, em elaborar interpretações demonstráveis e bem fundamentadas sobre os processos históricos, em propor hipóteses, em promover análises, problematizar (Barros, 2019, p.07).

Ao utilizar o jornal como fonte, o historiador trabalha com o que se tornou notícia, ou seja, com um acontecimento mereceu destaque naquele momento. Esse fator, para Luca (2008), já abre uma série de questões como: as motivações que levaram a dar publicidade ao fato; o destaque que determinado fato recebe nas publicações o que pode ser percebido na forma como a notícia está disposta no jornal; e, também, a quantidade de vezes em que o fato foi noticiado. As questões citadas anteriormente evidenciam que, ao trabalhar com jornais, o historiador irá lidar com a subjetividade, já que todas elas estarão ligadas às escolhas do jornalista ou do editor do periódico. É por isso que Barros ressalta que é importante

Compreender o jornal não como um veículo passivo e neutro de informação, mas também como um sistema capaz de produzir e difundir discursos e instaurar um processo de comunicação que nada tem de neutro é fundamental para termos a devida consciência da função dos jornais como agentes capazes de interferir na história (Barros, 2023, p. 12).

Além da importância como fonte documental, já que emite discursos e expressões, a imprensa também possui relevância como agente histórico uma vez que intervém nos processos e episódios. Ou seja, os periódicos não são somente um mero registro de acontecimentos, como também possuem força ativa sobre os fatos acontecidos e os narrados por ela. Ao difundir uma notícia, o jornal não apenas torna público um fato, mas também produz opiniões, discursos e análises sobre o que foi noticiado. E, a partir disso, é possível perceber os diversos interesses que podem parecer ocultos nas publicações, mas que se tornam aparentes nas opiniões geradas.

Barros (2023) destaca que os jornais também têm a função de agente histórico, pois ao mesmo tempo eles retratam e elaboram representações da realidade e modificam e interagem sobre essa mesma realidade e ressalta que é preciso entender o texto jornalístico como um texto de caráter realista, mesmo entendendo que esta realidade pode se apresentar de forma distorcida e que nem sempre possa ser exposta de maneira objetiva e imparcial. Porém, o jornal defende, em seu discurso, um compromisso inalienável com a verdade.

Buscando compreender as relações entre os jornais e a História, Renée Zicman (1985) afirma que dois campos unem a história e a imprensa. O primeiro ela define como “História da Imprensa” e tem como objetivo reconstruir a evolução histórica dos órgãos de imprensa e

levantar as suas principais características para um determinado período; o segundo campo, denominado “História através da Imprensa” engloba os trabalhos que tomam a imprensa como fonte primária para a pesquisa histórica. Nesta pesquisa, utilizaremos os critérios metodológicos destes dois campos, pois com o objetivo de contextualizar o papel dos periódicos analisados neste trabalho trataremos da história da imprensa no Brasil e, em especial, na Bahia trazendo um panorama da imprensa local e caracterizando alguns dos jornais que circularam no estado, bem como o que alguns jornais diziam da Campanha de Canudos. Além da análise dos discursos destes jornais buscando entender como certos fatos eram noticiados e os diversos posicionamentos estabelecidos.

O século XIX no Brasil é um período repleto de transformações, como a chegada da Família Real, Independência, Abolição e a Proclamação da República, a Guerra de Canudos, a Faculdade de Medicina da Bahia, dentre outros, suscitaram diversas discussões na sociedade. Como a imprensa no Brasil começou a se consolidar naquele momento, o debate político teve grande relevância para os periódicos que circularam nesse Oitocentos fazendo com que a imprensa no século XIX seja marcadamente política.

Morel (2018) afirma que a expressão opinião pública é polissêmica já que ela é um recurso para legitimar posições políticas e funciona como um instrumento simbólico que visa transformar algumas demandas setoriais em uma vontade geral. É importante, portanto, compreender o conceito, as transformações e a maneira como se forma a opinião pública, pois ela é um fator de influência nas decisões políticas. De acordo com Emerson Urizzi Cervi (2012), o conceito de opinião pública não é estático, muda com o tempo e está sujeito a transformações constantes em diferentes contextos sociais.

Trata-se de um sistema aberto, formado por três momentos distintos: o da recepção de informação para a formulação de novas opiniões (primeiro); o da transformação das informações recebidas em novas opiniões (segundo); e o compartilhar de opiniões com integrantes e grupos sociais de diferentes dimensões (Cervi, 2012, p.25).

De acordo com Cervi (2012) uma característica básica da opinião pública é ser formada por opiniões pertencentes ao terreno da controvérsia, podendo ser expressas em público sem se isolar das demais e é essa opinião que dá legitimidade ao sistema político. Cervi cita Maquiavel como o primeiro pensador a dar uma feição pragmática sobre o uso da opinião pública como instrumento para alcançar e manter o poder, pois ao ser manipulada ou acomodada poderia ser útil aos interesses do governante e ao bem comum do Estado.

Desta forma, podemos considerar que as disputas políticas foram um dos principais impulsos para a atividade jornalística. A imprensa permitiu dar publicidade a diversas visões

políticas e os posicionamentos adotados funcionaram como um dos fatores que podiam definir o período de funcionamento destes periódicos.

Conforme Rodrigo Santos Oliveira (2011), comparada com as outras colônias da América, a imprensa no Brasil teve o seu início de forma tardia e, dentre os fatores que contribuíram para esse atraso estão o tipo de colonização, a forma como os territórios conquistados foram sendo urbanizados e o grau de instrução nas áreas colonizadas.

Dentre aqueles que pesquisam a história da imprensa no Brasil são formuladas diversas hipóteses que justificam esse atraso e grande parte delas se apoiam em questões políticas ou econômicas. José Marques de Melo (1973) cita alguns autores que defendem que o motivo do atraso da implantação da imprensa na América portuguesa se deve ao fato de que uma das diretrizes do governo português, com relação à colônia, era impedir quaisquer melhorias objetivando manter a sua situação de dependência.

Marialva Barbosa (2013) entende que a *Gazeta do Rio de Janeiro* além de indicar a sua intenção de atingir um público mais amplo, também indica que o jornal não era apenas um relato de informações oficiais. Ao mesmo tempo, demonstrava a multiplicidade de vozes que estavam contidas no periódico. A *Gazeta do Rio de Janeiro* circulou de 10 de setembro de 1808 a 31 de dezembro de 1822, publicando 1763 edições, sendo que destas 192 foram extraordinárias.

O *Correio Braziliense* abordava diversos assuntos como ciências, artes, economia, notícias do velho mundo e os vários outros temas que o seu autor julgava ser importantes para os leitores do Novo Império do Brasil, é o que afirma Cesar Fernandes da Silva (2006).

Desta forma, o *Correio Braziliense* não foi apenas um mensageiro de notícias, ou um simples jornal, mas um difusor das ideias de seu autor, que veiculava nas páginas do periódico suas opiniões sobre a vida política, econômica, científica e intelectual do Brasil e do império português como um todo (Silva, 2006, p. 11).

A inserção de conteúdos políticos nos impressos nas primeiras décadas do século XIX provocou o surgimento da chamada opinião pública. Morel (2018) define o termo como um recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais em uma vontade geral.

Realizando-se, sobretudo, nos periódicos impressos, essa opinião pública tinha dois sentidos básicos na época de seu surgimento. Ou era vista como “rainha do mundo”, fruto da elaboração dos sábios ilustrados e enciclopedistas, como sinônimo da soberania da razão, isto é, uma simbiose entre o reino da opinião e a república das letras. Ou então, em um sentido mais jacobino ou revolucionário, afirmada como resultado da vontade da maioria de um povo, que se expressava através da participação de setores da

## Salvador tripartida: os jornais, as doenças e a guerra de Canudos

Alexander Magnus Silva Pinheiro • Lina Maria Brandão de Aras

sociedade em agremiações e organizações políticas, ou seja, vinculada à ideia de democracia direta (Morel, 2018, p.34).

Ao comparar o *Correio Braziliense* com a *Gazeta do Rio de Janeiro*, Morel (2018) destaca que apesar de muitos historiadores colocarem estes dois jornais em contraposição, com o primeiro como sendo aquele que tecia críticas ao governo e, o segundo, descrito como o jornal oficial, os dois periódicos apresentavam algumas convergências. Ambos defendiam o governo monárquico e a dinastia de Bragança, apoiavam o projeto de união luso-brasileira e repudiavam as ideias de revolução e ruptura, padronizado pela crítica à Revolução Francesa.

Ao nos debruçarmos sobre a história do jornalismo percebemos a relevância dos temas relacionados à política e como estes interferiam nas relações entre os periódicos com posicionamentos antagônicos; geraram perseguições por parte dos grupos dominantes e, em muitos casos, determinaram o tempo de circulação de diversos jornais.

Neste contexto do século XIX, onde muitos jornais surgiam e desapareciam de forma muito rápida, alguns se destacaram pela longevidade e o primeiro deles foi o *Diário da Bahia*. Fundado por iniciativa de Demétrio Cyriaco Tourinho e Manuel Jesuíno Ferreira em 1856, este periódico se manteve disponível para o público até 1911. Posiciona-se como neutro no que concerne às questões políticas, porém esse posicionamento foi se modificando a medida em que o jornal passava por sucessivas trocas de proprietários. Em 1858, sob o comando do Bacharel José Joaquim Landulpho da Rocha Medrado abandonou o posicionamento neutro, passando a defender a Carta Constitucional.

Mesmo diante de tantas mudanças em sua direção, Kátia Silva (1979) afirma que neste período de 1856 a 1868 o *Diário da Bahia* pode ser caracterizado pela moderação. Ela diz que o jornal agiu com força na propagação de suas aspirações e as reivindicações feitas por este periódico se processaram gradativamente. “Neste contexto, o *Diário da Bahia* funcionou como um órgão de opinião pública, engajado no clima político local, fazendo um programa jornalístico de nível, condizente com os ideais dos seus fundadores” (SILVA, 1979, p. 30).

Já o *Correio da Bahia*, foi fundado em 25 de março de 1871. Órgão conservador dissidente era propriedade de uma associação. Encerrou suas atividades em 18 de setembro de 1878. Ainda sobre o *Diário da Bahia*, mesmo com o 15 de Novembro de 1889, continuou se posicionando como um jornal liberal. Seu principal adversário político no período republicano foi o jornal *Estado da Bahia*. Fundado em 21 de agosto de 1890, este periódico diário substituiu a *Gazeta da Bahia*. De acordo com Carvalho e Torres (2007) inicialmente foi um órgão do

## Salvador tripartida: os jornais, as doenças e a guerra de Canudos

Alexander Magnus Silva Pinheiro • Lina Maria Brandão de Aras

Partido Nacional. Em 27 de abril de 1892 passou a ser do Partido Nacional Democrata e, em 19 de agosto de 1894 do Partido Constitucional.

Silva (1979) relata que no dia 4 de janeiro de 1895 o *Diário* publicou um boletim especial informado que no dia anterior a sede do jornal teria sido invadida por um grupo de praças do regimento policial e responsabilizava o governador pelo ataque. Em 1896, com a morte sob esta nova direção, o jornal mudou também a sua feição deixando de ser uma folha política e voltou a atuar no campo da imprensa neutra.

Nesta segunda fase (1887-1898), como na anterior, o *Diário de Notícias* não se engajou em campanhas dignas de destaque. Contudo, desencadeou ferrenhos ataques contra o governo de Rodrigues Lima (1892-1896), acusado de corrupção. Esses ataques recrudesceram quando da duplicação do Legislativo estadual (março 1895), resultado das acirradas disputas entre as facções políticas locais (Sampaio, 2021, p.1).

A mudança de posicionamento político deste periódico veio em 1898 quando foi arrematado em hasta pública por uma sociedade cujo principal acionista era o conselheiro Luís Viana, governador da Bahia à época. Deste modo, o *Diário de Notícias* se transformou em porta-voz do governo e assumiu uma feição visivelmente política e partidária. A perda de apoio político sofrida por Viana por conta do fracasso das sucessivas expedições militares enviadas para Canudos e a crise econômica de 1896-1897 acabaram também atingindo o *Diário de Notícias* que deixou de circular em fins de 1900.

### A doença segue para Salvador

Mais de quatrocentos quilômetros foram percorridos entre Canudos e Salvador e, pelo caminho, havia rastros epidêmicos significativos. São perceptíveis, sobretudo na imprensa da época, as passagens no que diz respeito ao estado de saúde das tropas republicanas e as condições sanitárias dos Hospitais de Sangue montados na quadra de operações. O capitão Manoel Benício, responsável por matérias alarmantes e informações consideradas políticas e militarmente inconvenientes pelo general Arthur Oscar de Andrade Guimarães, enviava ao periódico carioca *Jornal do Comércio* a 07 de julho o seguinte pesar:

Estou cansado, estou doente. O meu estômago, devido às águas horríveis que bebi durante longas semanas, a alimentação, a carne de bode e de vaca que ingeri sem sal e sem farinha durante semanas longas, tem contorções de cascavel ou coivara e pesa-me como uma chapa de chumbo. Pede água e rejeita-a depois. Sente-se débil e repugna a comida. À noite tenho febre e desperto com uma segura intolerável (Galvão, 1994, p. 319).

Canudos, Monte Santo, Cansanção e Queimadas tornavam-se, paulatinamente, os focos das mais díspares infecções. Entre 17 e 19 de agosto, o capitão Fávila Nunes, na incumbência de correspondente da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, destacava a permanência do beribéri entre as tropas e, ainda, mais um agravante, “dizem haver feridos dentro de uma vala, cujos ferimentos estão cobertos de bicho por falta de recursos médicos, que agora vão em proporções modestas, pois as ambulâncias são bastante mesquinhas” (Galvão, 1994, p. 151-152).

Especificamente no que toca aos variolosos, são frequentes as notas nos jornais evidenciando o peso desta epidemia na linha de fogo. Em carta ao periódico soteropolitano *Jornal de Notícias*, datada de 07 de setembro, o jornalista Lélis Piedade, junto à enfermaria localizada em Cansanção, alegava ser “custoso estar-se num quarto em que está um varioloso. Fede a cães mortos. (...) Uns morrem extenuados pela moléstia, outros deixam-se ficar a espera de quem os socorra” (Nogueira, 1994, p. 364; Piedade, 2002, p.168). O mesmo jornalista, em comunicação de 09 de setembro, encaminhada ao secretário de segurança pública do estado da Bahia, Felix Gaspar de Barros de Almeida, enviava a informação de que a epidemia prostrara os praças tanto em Monte Santo e quanto em Queimadas. A conclusão do texto de Lélis Piedade parece-nos simbólica ante o alcance da varíola no campo de guerra: “Por que a terrível epidemia não auxilia a destruição dos jagunços em seu quartel negro?” (Piedade, 2002, p.176).

Lélis Piedade almejava que a doença chegasse aos conselheiristas, como podemos notar, centrava-se na “febre contínua, na dor do corpo, garganta e peitos comprometidos, respiração fragmentada e profundo mal-estar” (Micheau, 1985, p. 70). A doença encontrou a dimensão do projétil. Esta epidemia deveria ter a mesma intensidade da matadeira. Seu espectro no palco de operações tornar-se-ia mais uma artilharia de Campanha contra o povo do Conselheiro, mas afastava milhares de soldados da linha de fogo.

Além da imprensa, há nas páginas do *Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia*, – que “congregou um grupo de cidadãos baianos como profissionais liberais, representantes das igrejas cristãs, empresários de diversos ramos produtivos, da imprensa e dos vários setores organizados da população” (Guerra, 2002, p. 31) – inúmeras passagens no que diz respeito aos milhares de mefíticos que caminhavam em direção ao Terreiro de Jesus e suas cercanias.

No final do mês de agosto – acompanhado por uma comitiva formada pelos estudantes de medicina Domingos Firmino Pinheiro e Redomark Simfrônio; pelos freis Jerônimo de Montefiore, Gabriel Kroemer, Pedro Sinzig e pelo médico, dr. Henrique Chenaud – o redator do Relatório, o jornalista e farmacêutico Lélis Piedade, partira em direção à região de

## Salvador tripartida: os jornais, as doenças e a guerra de Canudos

Alexander Magnus Silva Pinheiro • Lina Maria Brandão de Aras

Queimadas (trezentos e dezenove quilômetros de Salvador e cento e noventa e cinco de Canudos) com o intuito de prestar os mais variados serviços aos feridos da guerra. De acordo com a gravidade do ferimento, alguns dos combatentes ficariam ali naquela vila e outros rumariam para a capital.

A enfermaria do Comitê Patriótico, que atendeu militares e, posteriormente, civis, fora montada na região de Cansanção no transcorrer da primeira quinzena de setembro. Este deslocamento do Comitê à região próxima a Canudos, ao que nos parece, está ligado às limitações de pessoal e material dos hospitais de sangue de Queimadas, Monte Santo e Canudos, todos estruturados por médicos militares.

As unidades ali instaladas não suportaram a demanda de feridos, pois há indícios sobre a carência de atendimento médico no Relatório do Ministério da Guerra indicando a movimentação de feridos para outras enfermarias: “de 1 de julho a 24 de outubro do ano findo foi este o movimento dos doentes tratados no hospital de Monte Santo: Entraram 4.193; saíram curados 378; faleceram 220; existiam 25; foram transferidos para outros hospitais 3.570.”<sup>1</sup>

A 13 de setembro, sete dias depois de sua chegada em Cansanção, o secretário do Comitê via, diante de seus olhos, cinco carretas de feridos. Ainda sob o impacto que lhe causara esta desolada comitiva, registrou da forma que se segue: “famintos, olhos encovados, uns gotejando pus, outros trôpegos, um bando de desgraçados enfim, que pareciam já perseguidos pela morte, eram os soldados que recebíamos” (p. 185). Num total de 57 doentes, ali estavam desde feridos por armas de fogo e mais outra gama: beribéricos, cirróticos, tuberculosos, coquelúchicos, sífilíticos, reumáticos, variolosos, cardiopatas e alguns quase cegos.

Ao mesmo tempo em que o Comitê Patriótico olhara os milicianos feridos e adoecidos em Campanha, tornara-se, concomitante a isso, “figura principal de amparo aos belomontenses, e na grande tribuna de defesa dos seus órfãos, viúvas e prisioneiros no pós-guerra, denunciando os maus tratos, infâmias e covardias a que são submetidos, abandonados pelas estradas, vendidos como novos escravos ou levados como “troféus de guerra” (Guerra, 2002, p. 32).

Voltando à imprensa. Fome e seca também entraram na diagramação dos jornais que acompanhavam a refrega travada no sertão baiano. “Atualmente tememos mais a fome do que os próprios jagunços... o pior inimigo com que lutamos aqui é a fome...” (Galvão, 1994, p. 122 e 124). Assim chegavam à capital as notícias pelo jornal soteropolitano *Diário de Notícias* entre

---

<sup>1</sup> Relatório do Ministério da Guerra [RGM] – 1898. Op. cit. p. 33. Também disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2238/000041.html> Acesso: 10/08/2008.

os dias 24 e 26 de agosto daquele ano de 1897, isto é, lançava à opinião pública os destroços da guerra.

O cenário estarrecedor projetado pelos jornais, fossem eles da capital federal, de São Paulo ou dos arredores do Terreiro de Jesus, paulatinamente materializava-se na capital dos baianos. Suas páginas agora assaltavam as ruas da cidade de forma nítida e preocupante para a população que ali habitava. Assim, Salvador nos parece, ao menos na última década da segunda metade do século XIX, uma urbe que, apesar de banhada pelo mar, ardia em chamas.

### **A Salvador que acolhia os combalidos**

Acometidos pelas mais diversas afecções, os militares eram recebidos por uma Salvador em que o “dia-a-dia do povo era atormentado pelos espectros do desemprego, da fome, da doença e da morte” (Santos, 2001). Mergulhada na estagnação financeira e destacada crise política, a capital dos baianos atravessara o século XIX marcada pela reduzida atenção das autoridades *públicas* no que diz respeito aos esforços destinados à saúde de sua população e uma limitada estrutura sanitária. Fosse na cidade alta ou na cidade baixa, no centro administrativo da Sé ou no troca-troca do porto, lixos e detritos eram atirados nas calçadas, comprometendo a higiene local e abrindo caminho para as mais distintas doenças infecto-contagiosas (Uzeda, 1992).

A varíola, que atravessara o estado da Bahia no ano da guerra, levava à morte 33,89 em cada cem doentes só na capital. Ainda nas palavras do historiador baiano,

As condições sanitárias da cidade eram extremamente precárias e refletidas na grande incidência de doenças transmissíveis como a tuberculose, a varíola, a peste bubônica, a febre amarela e o impaludismo, que grassavam em caráter epidêmico. Daí resultavam altas taxas de óbitos, associáveis também a outras moléstias. A gripe e a disenteria fazia muitas vítimas. O coeficiente de mortalidade infantil foi particularmente elevado em todo o período [*Primeira República*], graças aos altos índices de desnutrição e doenças de aparelho digestivo em crianças, entre os quais eram muito disseminado o raquitismo. Outra árdua batalha era garantir a moradia. A precariedade da habitação, aliás, se relacionava intimamente à frequência de doenças favorecidas pelas condições higiênicas da cidade e, particularmente, das residências (Santos, 2001, p. 15). [*grifo nosso*]

Nesta condição sanitária, era comum para quem ali visitasse notar os excrementos que grassavam nas calçadas da cidade. Apesar das insistentes atuações da Câmara Municipal em emitir as *posturas* que deveriam ser disciplinadoras ou com o objetivo evidente de abolir determinadas atitudes da população, o hábito de jogar detritos e águas sujas no meio da rua

## Salvador tripartida: os jornais, as doenças e a guerra de Canudos

Alexander Magnus Silva Pinheiro • Lina Maria Brandão de Aras

permanecia de alto a baixo nas ladeiras da Bahia. Sem um sistema de esgoto eficiente, valas e valetas a céu aberto dividiam as vias públicas onde, simultaneamente, no mesmo espaço, animais mortos atingiam o estado de putrefação. De acordo com a historiadora Kátia Mattoso,

O costume de deixar no centro das ruas uma sarjeta para o escoamento das águas pluviais, torna este canal, na prática diária, um veículo de despejo de águas sujas cujos eflúvios não são o pior castigo que o pedestre tem que suportar, já que ele se acha a cada passo na possibilidade de ser enlameado e sujo. Com efeito, as sarjetas viviam imundas e só se achavam temporariamente limpas quando desabavam os aguaceiros. Águas sujas às quais se deve ainda acrescentar lixo e outras imundícies contra as quais dificilmente se lutava (Mattoso, 1978. p. 182).

Em trabalho intitulado *As Origens da Reforma Sanitária e da Modernização Conservadora na Bahia durante a Primeira República*, Luiz Antonio de Castro Santos notara que as soluções para reduzir as precariedades insalubres da cidade de Salvador somente tomariam sensível rumo nas reformas do *anoitecer* da república dos coronéis, mudanças estas perpetradas ou pelo governo federal ou pela Fundação Rockefeller, essas duas atuando mutuamente em solo baiano (Pontes, 2007). Até a primeira década do século XX, o governo estadual encontrara três obstáculos à organização e execução de um sistema de saúde capaz de atender às necessidades da capital e, posteriormente, do interior: primeiro, o universo limitado dos professores da Faculdade de Medicina da Bahia em aceitar novas idéias e, sobretudo, as desavenças políticas que havia quando da criação ou não de instituições ligadas à saúde pública na Bahia. De acordo com Luiz de Castro Santos,

Um primeiro esforço legislativo aconteceu durante a administração do governador J. M. Rodrigues Lima [1892 – 1896], formado pela Faculdade de Medicina da Bahia. Um projeto regulando o sistema de saúde pública na Bahia foi submetido ao Legislativo, tornou-se lei e foi sancionado pelo governador em 1892. Os defensores da saúde elogiaram a criação de um Conselho Superior de Higiene Pública da Bahia pela nova legislação. O Conselho incluía alguns dos melhores nomes do corpo médico baiano: J. F. [José Francisco] da Silva Lima, o renomado precursor da medicina experimental, Antônio Pacífico Pereira e Nina Rodrigues, entre outros. Pacífico Pereira, como Nina, era editor da *Gazeta Médica* e um prolífico escritor sobre saúde pública e saneamento (Castro, 1998, p. 9). [grifo nosso]

Todavia, o Comitê de Saúde do Congresso Estadual, logo nas investidas do Conselho Superior de Higiene Pública da Bahia acerca do projeto, mostrara as implicações quando da iniciativa da criação de um instituto bacteriológico em Salvador em 1894. O Conselho propôs que a nova instituição fosse governamental, mas o Comitê de Saúde votou por uma instituição privada; o Conselho sugeriu a contratação de médicos estrangeiros para gerir o espaço, o Comitê viu ali um desabono à Faculdade de Medicina.

O segundo aspecto relatado por Luiz de Castro Santos, refere-se à crise econômica pela qual passava o estado. Como destacamos nas páginas iniciais, o autor ainda acrescenta que as divisas do café, tabaco, cacau, açúcar, algodão e a mineração daregião da Chapada Diamantina, todas suscetíveis às exigências do mercado externo, não foram capazes de cimentar uma base financeira ao ponto de oferecer investimentos internos. Paralelo a isso, a limitada estrutura ferroviária que havia era incapaz de interligar as regiões produtivas e proporcionar uma dinamização econômica desejada.

A fragmentação política predominante na Bahia da República Velha compõe o terceiro obstáculo à concretização de um plano urbano-sanitário eficiente. Passemos à análise de Luiz Castro:

As oligarquias baianas não tinham coesão política e não conseguiram desenvolver uma sólida organização partidária. Como resultado, os governos da Bahia, mesmo os que propunham novas políticas de saúde, não tiveram o apoio necessário dos legisladores para assegurar a aprovação de leis. Quando a Assembléia Estadual aprovava um projeto de saúde pública, sempre ocorriam problemas de execução ou de consolidação dos programas e serviços. (...) Muitos partidos políticos foram fundados na Bahia durante a Primeira República, mas a maioria deles teve pouca duração em razão da falta de coesão política das oligarquias. A inexistência de tradição republicana no ocaso do Império contribuiu também para a fragmentação política. Ao contrário de São Paulo, a Bahia nunca desenvolveu um movimento republicano expressivo – nem mesmo um Partido Republicano – durante o último quartel do século XIX (Castro, 1998, p. 3 e 4).

De acordo com os conchavos políticos, ou seja, exemplo emblemático do início do período republicano, a politicalha condenava a população do meio rural e urbano a conviver em precárias condições. À população que transitava nas ruas e calçadas da capital, em destaque as alijadas dos centros do *poder* e sem possibilidades de reivindicação, limitada pela impossibilidade de voto, cabia sobreviver em meio às intempéries sociais.

Voltemos à descrição dos aspectos sanitários da capital dos baianos. No que toca especificamente ao sistema de distribuição de água da cidade, Jorge Almeida Uzeda (1992) efetuou um levantamento documental referente a: sanitarismo, urbanização e sistema de esgoto, inclusive contemplando o que a imprensa noticiava referente às enxurradas torrenciais na capital e suas repercussões, situação vivenciada, ainda, nas primeiras décadas do século XX.

Especificamente sobre as águas do Queimado, o professor Anísio Circundes de Carvalho – catedrático da disciplina de Patologia Geral da Faculdade de Medicina da Bahia à época da quadra de Canudos – fora responsável pelo Hospital da Jequitaia, instalado na cidade para tratar os enfermos feridos da guerra que para lá se deslocavam. Efetuara o médico, cinco compras de suprimento de água na sublinhada Companhia. Assim, quarenta e cinco mil réis

foram gastos com água entre junho, agosto, setembro, novembro e dezembro de 1897, isto é, aqueles meses em que registraram-se a chegada dos militares às enfermarias improvisadas em Salvador.

Nossa distância temporal não permite saber, mas possibilita perquirir. Primeiro, estaria esta água recebendo os mesmos dejetos relatados por Jorge Uzeda (1992); segundo, assepsia de feridas, esterilização de instrumentos cirúrgicos, limpeza das dependências de seu hospital... se potável, qual fora o destino desta água?

O professor Circundes de Carvalho dividiu o trabalho no Hospital Jequitaia com outros colegas médicos, os doutores Deocleciano Ramos (lente da disciplina de Obstetrícia) e Miguel Simões; e recebeu notificação do Inspetor Geral de Higiene do Estado da Bahia, dr. Eduardo Gordilho da Costa, em 15 de setembro sobre a atmosfera infecta de seu Hospital.

Ante as fontes supracitadas, nossa única certeza é de que a água foi comprada e utilizada. Seu destino imediato e específico fica distante de nossa reflexão e, por este motivo, se aproxima de uma reconstrução hipotética porque “em primeiro lugar o historiador, enquanto produtor de um texto, e também o público leitor, consumidor de História, devem assumir a dúvida como um princípio de conhecimento do mundo. (...) Há mais dúvidas do que certezas, o que compromete o pacto da História com a obtenção da verdade” (Pesavento, 2005). Atinentes a mais uma contribuição do historiador inglês no que diz respeito a multivocalidade da história e a sua dúvida como característica permanente,

[...], cada vez mais os historiadores estão começando a perceber que seu trabalho não reproduz “o que realmente aconteceu”, tanto quanto o representa de um ponto de vista particular. (...) Os narradores históricos necessitam encontrar um modo de se tornarem visíveis em sua narrativa, não de auto-indulgência, mas advertindo o leitor de que eles não são oniscientes ou imparciais e que outras interpretações, além das suas, são possíveis (Burke, 1991, p. 337).

O médico baiano Deodoro Álvares Soares, atuante nas enfermarias montadas no Mosteiro de São Bento quando aluno da Faculdade do Terreiro de Jesus, trouxe-nos no capítulo dois de sua tese – apresentada a banca arguidora em 1899 (dois anos após a Campanha) com o título *Alguns traços de nossa população sob o ponto de vista higienico e evolucionista* – mais alguns fragmentos das condições sanitárias não somente da capital dos baianos, como para boa parte das capitais brasileiras. Passemos a sua narrativa:

não possuímos esgotos, sabem todos, temos um sarcasmo maldicto atirado a face do progresso científico em matéria de hygiene: os canos de estagnação das matérias putrescíveis, as terríveis boccas de lobo a exhalarem aos

## Salvador tripartida: os jornais, as doenças e a guerra de Canudos

Alexander Magnus Silva Pinheiro • Lina Maria Brandão de Aras

excessos da temperatura emanações mephíticas a passagem dos transeuntes (Soares, 1899).

O diálogo entre o gabinete da Intendência Municipal da Capital do Estado da Bahia e a Inspetoria Geral de Higiene do Estado é elucidativo por dois fatores: primeiro, endossa e reafirma o ambiente precário em que estava envolvida a Salvador urbano- sanitária daquele final do século XIX; e, segundo, nos permite ‘entrar’ na instituição científica que, naquele momento, incumbia-se de tratar os militares e dar destino aos que ali morriam. Passemos então a descrição do ocorrido:

Em bem da saúde já ameaçada, dos que residem em prédios de números quatorze e deseseis, às Portas do Carmo, convido-vos de novo a ordenardes com toda a urgência a restauração do cano de esgoto que partindo das diversas latrinas [d]as enfermarias da Faculdade de Medicina, atravessa o terreno que jaz nos fundos d’aquelles prédios invadidos nos seus pavimentos inferiores por matérias imundas. (assignado) O Inspector Eduardo Gordilho Costa (Burke, 1991).

Coerentemente, destoante não seriam os hospitais que se haviam na capital da Bahia, quando imersos no contexto até aqui alinhavado. A insalubridade e a precariedade grassavam em Salvador fosse dentro ou fora das enfermarias que atendiam aos feridos. Conseguir escarradeiras, cobertores, remédios e instalar canos e latrinas eram algum dos desafios aos que se dedicavam a tratar os feridos que chegavam de Canudos e assombrava a população no desembarque na Calçada.

## Referências

ARAGÃO, Antônio Ferrão Moniz de. **A Bahia e seus Governadores na República**. Edição fac-similar – Salvador: Fundação Pedro Calmon/UEFS Editora, 2010.

ARAÚJO, Dilton Oliveira de. **Republicanism e Classe Média em Salvador (1870-1889)** (Dissertação de Mestrado) Salvador: FFCH/UFBA 1992. Disponível em: [https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/3\\_republicanismo\\_e\\_classe\\_media\\_em\\_salvador\\_1870-1889.pdf](https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/3_republicanismo_e_classe_media_em_salvador_1870-1889.pdf). Acesso em 08 de fev. 2021.

BARBOSA, Marialva. **História da Comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARROS, José D’Assunção. Fontes Históricas – Uma Introdução aos seus Usos Historiográficos. **Anais do 2º Encontro Internacional Histórias & Parcerias**, 2019. Disponível em: [https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1569693608\\_A\\_RQUIVO\\_bd3da9a036a806b478945059af9aa52e.pdf](https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1569693608_A_RQUIVO_bd3da9a036a806b478945059af9aa52e.pdf). Acesso em 08 de jun. 2023.

BARROS, José D’Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis: Vozes, 2023.

BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: BURKE,

Peter. (organizador). **A Escrita da História – novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1991. p. 337.

CARVALHO FILHO, Aloísio de. Jornalismo na Bahia, 1875-1960. In: In: TAVARES, Luís Guilherme Pontes (org.). **Apontamentos para a história da imprensa na Bahia**, p.79-100 – 2. ed., rev. e ampl. – Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2008.

CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas de; SAMPAIO, Consuelo Novais. José Gonçalves. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GON%20C3%87ALVES,%20Jos%C3%A9.pdf> . Acesso em 21 de jan. 2021.

CARVALHO, Alfredo de; TORRES, João Nepomuceno. **Anais da Imprensa da Bahia. 1º Centenário 1811-1911**. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2007.

CARVALHO, Aloysio de. A imprensa na Bahia em 100 anos. In: TAVARES, Luís Guilherme Pontes (org.). **Apontamentos para a história da imprensa na Bahia**, p.41-61 – 2. ed., rev. e ampl. – Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2008.

CERVI, Emerson Urizzi. **Opinião Pública e Comportamento Político**. Curitiba: InterSaber, 2012.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX**. São Paulo: HUCITEC, 1978. p. 182.

MELO, José Marques de. **Sociologia da imprensa brasileira: a implantação**. Petrópolis: Vozes, 1973.

MICHEAU, Françoise. A idade de ouro da medicina árabe. In: LE GOFF, Jacques (apresentação). **As doenças têm história**. Lisboa: TERRAMAR Editores, 1985. p. 70.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de (organizadoras). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NETO, Aristides Monteiro. República Brasileira – 120 anos depois, o que comemorar?. Disponível em [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=281:republica-brasileira-120-anos-depois-o-que-comemorar&catid=29:artigos-materias&Itemid=34#:~:text=Em%201889%20nossa%20popula%C3%A7%C3%A3o%20era,de%20analfabetismo%20est%C3%A1%20em%2011%25](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=281:republica-brasileira-120-anos-depois-o-que-comemorar&catid=29:artigos-materias&Itemid=34#:~:text=Em%201889%20nossa%20popula%C3%A7%C3%A3o%20era,de%20analfabetismo%20est%C3%A1%20em%2011%25)>. Acesso em 21 de setembro de 2024.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2ª Edição. Minas Gerais: Autêntica Editora, 2005. p. 115.

PIEIDADE, Lélis. **Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia (1897-1901)**. 2ª ed. Salvador: Portfolium Editora, 2002.

## Salvador tripartida: os jornais, as doenças e a guerra de Canudos

Alexander Magnus Silva Pinheiro • Lina Maria Brandão de Aras

PINHEIRO, Alexander Magnus Silva. **Uma Experiência do front: a Guerra de Canudos e a Faculdade de Medicina da Bahia**. 2009. 168 f. (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SILVA, Kátia Maria de Carvalho. **O Diário da Bahia e o Século XIX**. Brasília, Tempo Brasileiro, 1979.

SOARES, Deodoro Álvares. Alguns traços de nossa população sob o ponto de vista higienico e evolucionista. 1899. In: **AFMB** [Arquivo da Faculdade de Medicina da Bahia] – THESES. Código da tese: 099 – E.

UZEDA, Jorge Almeida. **A morte vigiada: a cidade do Salvador e a prática da medicina urbana (1890-1930)**. UFBA – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. (Dissertação de Mestrado), 1992.

ZICMAN, Renée Barata. História Através da Imprensa – Algumas Considerações Metodológicas. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História** do Departamento de História da PUC SP. São Paulo: PUC SP, 1985.

### Informações dos autores

**Alexander Magnus Silva Pinheiro**. Mestre em História Social pela UFBA (2009) e Aluno Ouvinte do doutorado do Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Contribuição de autoria: autor.

URL do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7460676321766436>

**Lina Maria Brandão de Aras**. Doutora em História pela Universidade de São Paulo, Professora Titular aposentada da Universidade Federal da Bahia. Coordena o Projeto de Pesquisa Histórias de Mulheres: Entre Memórias e Discursos.

Contribuição de autoria: cautora.

URL do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1076732028646198>

### COMO CITAR ESTE ARTIGO

PINHEIRO, Alexander Magnus Silva; ARAS, Lina Maria Brandão de. Salvador tripartida: os jornais, as doenças e a guerra de Canudo. **Perspectivas e Diálogos**: Revista de História Social e Práticas de Ensino, Caetité, vol. 7, n. 14, 2024, p. 149-165.